



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

MILITARIZAÇÃO DA EDUCAÇÃO: análise geográfica do Programa Colégios Cívico-Militares do Paraná

Rafael Freire de Paula¹
e-mail: rafael.paula@unespar.edu.br

Camile Vitória Santana²
e-mail: santanacamile909@gmail.com

Thalita Dal Santo³
e-mail: thalitadal@gmail.com

(X) Apresentação Oral (GT)

() Exposição de Banner

GT pretendido: (7) Geografia Política e Ensino: inovações temáticas, conceituais e metodológicas

RESUMO

O objetivo deste texto é apresentar e discutir o processo de militarização da educação básica no Paraná, com atenção à Lei 21.327 de 2022, que instituiu o Programa Colégios Cívico-Militares e fez do Paraná destaque na implementação dessa modalidade. Considerando dados de 2026 disponibilizados pela Secretaria de Estado da Educação (SEED), 345 escolas adotaram o modelo cívico-militar, as quais representam aproximadamente 16,5% dos colégios estaduais e praticamente 25% das matrículas da educação básica estadual. Tal contexto permite-nos discutir essa política pública junto às normas e orientações educacionais como a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e a atuação profissional de professores e o ensino de Geografia nesses colégios, problematizando as contradições daí decorrentes, sejam elas oriundas da regulamentação própria dos Colégios Cívico-Militares (CCM), regramentos disciplinares, hierarquias objetivas e subjetivas, entre outros, para discutirmos a militarização da escola como uma, entre outras ações, que integram um projeto conservador e de extrema direita voltado à militarização da sociedade e à disseminação de valores conservadores e autoritários, que naturalizam as desigualdades, hierarquias e estratificações sociais, fomentam o nacionalismo exacerbado e disseminam a percepção militar sobre a sociedade e seus conflitos, o que, por um lado, sobrevaloriza o militar e, de outro, contribui para a percepção de que civis não são capazes de gerir a educação, sendo, portanto, culpados pelas crises e/ou adversidades que afetam o setor ou incapazes de resolvê-las.

Palavras-chave: Colégios cívico-militares; Paraná; Conservadorismo.

INTRODUÇÃO

A militarização de centenas de escolas pelo Brasil teve como precedente fundamental o Decreto Nº 10.004/19 de 05 de setembro de 2019, assinado pelo então ex-Presidente Jair Messias Bolsonaro, preso em 2025 por tentativa de golpe de

¹ Doutor em Geografia, Docente na Universidade Estadual do Paraná (Unespar), Campo Mourão (PR).

² Licencianda em Geografia, Universidade Estadual do Paraná (Unespar), Campo Mourão (PR).

³ Doutoranda em Geografia, Universidade do Centro-Oeste (Unicentro), Guarapuava (PR).

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

26 a 31/05/2026
Porto Velho-RO
vcongeo2026@unir.br
@vcongeo2026
vcongeo2026.unir.br
www.even3.com.br/vcongeo-638599/



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

Estado, que instituiu o Programa Nacional das Escolas Cívico-Militares (PECIM). O decreto mencionado visava a implementação da gestão cívico-militar em escolas públicas brasileiras, mas o contexto da pandemia da Covid-19 somado às inconsistências nos repasses de recursos do MEC, liderado pelo ex-Ministro Abraham Weintraub, atrasaram o avanço dessa política educacional que, posteriormente, foi extinta pelo Decreto Nº 11.611/23, portanto, no primeiro ano do mandato Presidencial corrente, assinado pelo vice-presidente Geraldo Alckmin, após derrota eleitoral do ex-Presidente Jair Messias Bolsonaro para o Presidente Luís Inácio Lula da Silva, em 2022.

Apesar de ser um programa iniciado e encerrado brevemente, o PECIM serviu de base para que estado e municípios, responsáveis majoritários pela educação básica, desenvolvessem programas próprios e, conseqüentemente, disseminassem essa modalidade no país (Alves; Santos; Bordin, 2023). Entre esses entes federados está o Paraná, que por meio da Lei nº 20.338/2020, instituiu pela primeira vez o Programa de Colégios Cívico-Militares no estado, sendo alterada em partes pela Lei nº 20.771/2021 e, mais recentemente, pela vigente e mais duradoura Lei nº 21.327 de 20 de dezembro de 2022, responsável por implementar e regulamentar o Programa Colégios Cívico-Militares no estado do Paraná, o qual conta atualmente com 345 colégios, que representam 16,53% do total de colégios estaduais e são detentores de 24,59% das matrículas na rede estadual.

Vale destacar que na primeira legislação citada, a Lei 20.338/2020, havia a figura do Diretor Cívico-Militar, que de certa forma sobrepunha funções e criava dificuldades para o Diretor Civil e Diretor Auxiliar, cargos ocupados por docentes da educação básica. Na Lei nº 20.771/2021, o cargo de Diretor Cívico-Militar foi extinguido, de modo que a direção administrativa e pedagógica continuou de exclusividade civil, cabendo aos militares do Corpo de Militares Estaduais Inativos Voluntários (CMEIV) os cargos de monitoria voltados às atividades de natureza cívico-militar e, na prática, em questões disciplinares e resolução de conflitos nas escolas.

De acordo com o artigo 16 da Lei nº 21.327/22, os militares do CMEIV que atuam nos Colégios Cívico-Militares (CCM) não são considerados profissionais da educação básica e, inclusive, faz menção direta à LDB, que veda enquadramentos como este. Ainda assim, segundo o artigo 19 da referida lei, os monitores militares têm direito a Gratificação Especial pelo Serviço do Inativo dos Integrantes do Colégio Cívico-Militar (GESICM), sob responsabilidade da SEED, ou seja, com recursos próprios da educação estadual, que em 2026 terá um orçamento de 18,9 bilhões⁴.

Apesar da não disponibilização do total exato de monitores do CMEIV, o que impossibilita uma análise mais assertiva a respeito dos recursos destinados a este segmento de profissionais, em 2024 a SEED realizou processo seletivo com 596 vagas para monitores atuarem em CCM do estado, com salários de R\$ 5.500,00⁵,

⁴ Disponível em: <https://www.parana.pr.gov.br/aen/Noticia/Com-recorde-de-investimentos-governador-sanciona-Orcamento-de-R-816-bilhoes-para-2026>

⁵ Disponível em: <https://www.educacao.pr.gov.br/Noticia/Inscricoes-para-militares-que-desejam-atuar-nas-escolas-civico-militares-estao-abertas#:~:text=Institucional->



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

valor maior do que muitos docentes da rede estadual recebem e mais que o dobro das remunerações para agentes de organização escolar em início de carreira. A título de exemplo, considerando apenas as vagas deste edital, o gasto com monitores do CMEIV ultrapassaria os 40 milhões de reais anuais.

A política pública objeto deste texto é, portanto, significativa sob diversos aspectos: (I) espacial, dada a espacialização dos colégios e matrículas por todo o estado, ainda que os Núcleos Regionais de Educação (NRE's) apresentem diferenças significativas, que trataremos adiante; (II) territorial, considerando a escola um território em disputa por diferentes atores políticos e grupos de interesse (Denez; Paula, 2020), como o Estado, mercado, sociedade civil organizada, comunidade, segmentos políticos, tais como grupos de pressão conservadores e de extrema direita etc; e (III) socioeducacional, quando nos debruçamos sobre a discussão a respeito dos reflexos do processo de militarização para professores e estudantes, bem como as contradições desse processo frente as perspectivas educacionais presentes no arcabouço legal e normativo que rege a educação brasileira.

Neste emaranhado está o professor de Geografia, atingido tal como os demais pela precariedade da educação básica, desvalorização da carreira, violência escolar, e outras problemáticas, mas afetado de maneira particular (ou quase, se considerarmos as demais Ciências Humanas) pelo processo de militarização, que põe em cheque valores fundamentais como democracia e/ou democratização dos espaços, direitos humanos, liberdades individuais, respeito as diferenças e valorização da diversidade, participação em espaços de discussão e decisão, entre outros, presentes nos currículos escolares das disciplinas do campo das ciências humanas. A leitura geográfica desse processo, portanto, faz-se necessária.

METODOLOGIA

Para responder a questões fundamentais a respeito do objeto deste texto – analisar geograficamente o processo de militarização da educação a partir da implementação dos CCM no Paraná – utilizamos três encaminhamentos metodológicos fundamentais. Em primeiro lugar, a pesquisa documental com levantamento e análise das legislações em nível nacional e estadual que versam sobre a implantação da modalidade cívico-militar, observando diferenças e complementariedades entre as legislações e, ainda, os papéis desempenhados pelos monitores cívico-militares e os objetivos da inserção desses profissionais nas escolas.

Junto à pesquisa documental houve o necessário levantamento de produções bibliográficas a respeito da militarização das escolas no Brasil, com intuito de compreendermos o contexto e as razões pelas quais esse processo se desenrolou, suas características, objetivos e contradições. Por fim, trabalhamos com dados secundários da SEED para dimensionarmos a espacialização dos CCM no estado do Paraná, o que possibilitou a identificação de diferenças significativas entre os NRE,

[.Inscri%C3%A7%C3%B5es%20para%20militares%20que%20desejam%20atuar%20nas%20escolas%20c%C3%ADvico%20militares.00%2C%20a%20partir%20de%202024.](#)

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

26 a 31/05/2026
Porto Velho-RO
vcongeo2026@unir.br
@vcongeo2026
vcongeo2026.unir.br
www.even3.com.br/vcongeo-638599/



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

abrindo margens para outras discussões, inclusive relações com resultados eleitorais e no atendimento a segmentos conservadores pró-militarização das escolas.

ANÁLISE DE RESULTADOS

Essa etapa do texto apresentará as reflexões e interpretações possibilitadas pela análise documental, pesquisa bibliográfica e análise de dados da SEED sobre três pontos fundamentais do nosso objeto de estudo – a militarização da educação paranaense – a saber: (I) o contexto político e os argumentos para a implementação da modalidade cívico-militar; (II) diagnóstico preliminar da expansão dos CCM no Paraná e apontamentos para discussão; e (III) contradições entre os objetivos da educação, considerando a BNCC e a proposição de militarização como suposta estratégia de melhoria da qualidade da educação básica.

Concordamos com Santos; Alves; Lacé (2023) quando as autoras apontam a guinada conservadora alinhada à extrema direita no Brasil na criação do PECIM e, consequentemente, de programas estaduais e municipais na ótica da militarização da educação. Alves; Santos; Bordin (2023) acrescentam que no contexto pós-impeachment da ex-Presidenta Dilma Rousseff, em 2016, ocorre uma espécie de hipermilitarização do Estado brasileiro, reforçado com a intervenção federal na cidade do Rio de Janeiro em 2018, sob o governo do ex-Presidente Michel Temer, a ampliação da proporção de militares em cargos federais, aprofundada sob o governo do ex-Presidente Jair M. Bolsonaro, a persistência do crescimento de militares eleitos para cargos eletivos em todo Brasil, em geral com discursos violentos e contrários aos direitos humanos e a força política, eleitoral e de *lobby* deste segmento do Estado, que resultou em mudanças nas regulamentações de armas de fogo no Brasil, na proteção deste segmento na reforma da previdência de 2019 e na ocupação de ministérios por militares principalmente durante o governo Bolsonaro.

A estratégia pública dos segmentos favoráveis à militarização da educação se conecta a diferentes discursos, mas duas delas chamam atenção: em primeiro lugar, a associação entre a implementação de normativas militares de hierarquia e disciplina como estratégia para conter a indisciplina e a violência escolar, enfim, a chamada “balbúrdia”; e, em segundo lugar, a desleal comparação de indicadores educacionais de colégios militares, de notável melhor estrutura e valorização profissional, com intuito de disseminar o consenso de que os programas de militarização trariam êxito no que se refere à qualidade da educação básica (Alves; Santos; Bordin, 2023).

Silva (2023) e Mendonça (2019) mencionam, respectivamente, diferentes parlamentares da Assembleia Legislativa do Paraná (ALEP), da Assembleia Legislativa de Goiás (ALEGO) e da Câmara Legislativa do Distrito Federal (CLDF) que encamparam o discurso pró militarização. O deputado Ricardo Arruda (atualmente no Partido Liberal – PL), defendeu a militarização com a justificativa de que professores/as doutrinavam estudantes *na ideologia do PT* (Partido dos Trabalhadores), relembrando, inclusive, a não aprovação da lei do Escola Sem Partido que, agora, seria aplicada na prática, com a militarização e a presença de militares

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

26 a 31/05/2026

Porto Velho-RO

vcongeo2026@unir.br

[@vcongéo2026](https://www.instagram.com/vcongéo2026)

[vcongeo2026.unir.br](https://www.facebook.com/vcongéo2026.unir.br)

www.even3.com.br/vcongéo-638599/



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

nas escolas, que evitariam a suposta doutrinação. O deputado estadual Adailton Florentino, de Goiás, filiado à época no Partido Progressista (PP), defendia a militarização inclusive da educação infantil “*Se colocar ela pequenininha no chão, ela já começa a marchar imitando o soldado da PM. É uma maneira lúdica de incutir esses valores na cabeça dela*” (Mendonça, 2019, p.598).

Para fins de administração, o estado do Paraná possui 32 NRE. Na Figura 1, apresentamos os que possuem maior proporção de matrículas em CCM. Chama atenção o fato de que grandes colégios foram transformados em CCM, processo que inclui aprovação da comunidade escolar, mas que na ausência de quórum, cabe a SEED a tomada de decisão. Tal afirmação é confirmada pela diferença significativa, na maioria dos casos, entre o percentual de colégios e de matrículas, como o caso de Campo Mourão e Dois Vizinhos, por exemplo. Em alguns NRE, como Jacarezinho e Londrina, os números já se aproximam de metade das matrículas.

Figura 1: Núcleos Regionais de Ensino e proporção de matrículas em CCM

NRE	% de CCM	% de Matrículas em CMM
Jacarezinho	26,09%	44,35%
Londrina	30,33%	40,30%
Apucarana	28,57%	39,76%
Dois Vizinhos	12,90%	34,09%
Cornélio Procopio	15,38%	31,64%
Campo Mourão	12,73%	30,02%
Paranaguá	20,00%	29,48%
Loanda	22,22%	29,17%
Foz do Iguaçu	25,00%	27,02%
Maringá	21,51%	26,86%

Fonte: SEED, 2026.

As contradições entre os objetivos fundamentais da educação e a implementação dos CCM podem ser discutidas com apoio de Silva (2023), que faz importante diálogo com Michel Foucault para o debate a respeito da formação de corpos dóceis nos CCM no Paraná. Para autora, encontramos práticas de submissão do corpo nos CCM, que vão desde a apresentação (uniforme e cortes de cabelo ao estilo militar), até a rotina de práticas cívico-militares, como apresentações no pátio da escola, formações, marchas e outras atividades enquadradas como cívico-militares. Este poder disciplinar, exerce função de adestrar o comportamento.

Nos CCM, a vigilância hierárquica é exercida por monitores/as militares e chefes de turma, figura relevante nesta modalidade, pois trata-se do aluno que apresenta a turma aos professores nas aulas, direciona-os em atividades cívico-militares, observam e fiscalizam o comportamento dos colegas para repassá-los aos monitores militares ou gestão civil (Silva, 2023).

Reforçamos que tais premissas de organização do espaço escolar são contraditórias, guardadas as críticas amplamente discutidas no campo da educação, à própria BNCC vigente, que traz em suas competências gerais e nas específicas para

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

26 a 31/05/2026

Porto Velho-RO

vcongeo2026@unir.br

@vcongeo2026

vcongeo2026.unir.br

www.even3.com.br/vcongeo-638599/



V CONGEO

CONGRESSO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA POLÍTICA,
GEOPOLÍTICA E GESTÃO DO TERRITÓRIO

Integração regional, emergência global-local
e os desafios à governança

as humanidades elementos incompatíveis com a hierarquia e/ou cosmovisão militar (Santos; Alves; Lacé, 2023), como o respeito e a valorização das diferenças (étnicas, de gênero e sexualidade), aprofundamento de espaços de discussão e democratização (protagonismo estudantil), pensamento crítico, uso do diálogo para resolução de conflitos, compreensão crítica dos diferentes aspectos da sociedade, combates as injustiças, preconceitos e promoção dos direitos humanos etc.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste ensaio apresentamos trechos da legislação que implantou os CCM no Paraná, problematizamos o contexto político e social desse processo e sua espacialização por meio dos dados da SEED. Além disso, discutimos brevemente a incompatibilidade desse modelo como alternativa pedagógica para enfrentar os reais problemas da educação básica. Vale ressaltar que este texto é fruto de uma pesquisa em curso, com dados preliminares que serão mais profundamente discutidos e espacializados, com explicações atreladas ao poder político e dinâmicas eleitorais que nos ajudam a compreender a implementação de CCM.

AGRADECIMENTOS

Nossos agradecimentos são dedicados à Universidade Estadual do Paraná (UNESPAR) e a Fundação Araucária/SETI, que apoiaram financeiramente a participação neste evento.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ALVES, M. F.; SANTOS, C. A.; BORDIN, M. Militarização da educação e da escola no âmbito da hipermilitarização do Estado brasileiro. **Retratos da Escola**, v. 17, n. 37, p. 41-60, 2023.
- DENEZ, C.C.; PAULA, R. F. O chão da escola: território de disputas, de resistência e de autonomia. In: BRUMES, K.; JUNIOR, A. B. C. (org.). **Debates geográficos e a produção de contraespaços**. Jundiaí (SP): Paco Editorial, 2020.
- MENDONÇA, E. F. Militarização de escolas públicas no DF: a gestão democrática sob ameaça. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 35, n. 3, p. 594-611, 2019.
- SANTOS, C. A.; ALVES, M. F.; LACÉ, A. M. Militarização das escolas públicas no Brasil: desmilitarizar as escolas para salvar a educação pública e a democracia. **Retratos da Escola**, v. 17, n. 37, p. 13-24, 2023.
- SILVA, J. R. Pedagogia do quartel: formação de corpos dóceis nos colégios cívico-militares no estado do Paraná. **Retratos da Escola**, v. 17, n. 37, p. 83-101, 2023.

Realização:

Rede Brasileira de Geografia Política, Geopolítica e Gestão do Território – REBRAGEO

Fundação Universidade Federal de Rondônia – UNIR

Núcleo de Ciências Exatas e da Terra – NCET / Departamento Acadêmico de Geografia – DAG-PVH

Programa de Pós-Graduação Mestrado e Doutorado em Geografia – PPGG

📅 26 a 31/05/2026
📍 Porto Velho-RO
✉ vcongeo2026@unir.br
📱 @vcongeo2026
🌐 vcongeo2026.unir.br
🔗 www.even3.com.br/vcongeo-638599/